



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

Embates, colaboração e estratégias sindicais em plena ditadura¹

SILVA, Emerson C.F. (Mestre)²
Universidade Positivo/Paraná

Resumo: A história dos jornalistas e do jornalismo no Paraná tem sido influenciada de modo relevante pela concepção sindical que seus jornalistas dirigentes estabeleceram ao longo dos quase 70 anos de existência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. No período abordado neste artigo – entre 1964 e 1979 – o SJPPR sofreu intervenção do governo militar, organizou dois congressos nacionais da categoria em Curitiba e teve seis diretorias eleitas, sendo as duas últimas com disputa de chapas nitidamente com diferenças ideológicas relacionadas tanto ao campo político quanto ao da prática jornalística. Ao perceber essas concepções em seus respectivos contextos, no campo sindical e profissional, também discute-se o quanto a atividade dos jornalistas como profissionais da imprensa influenciou nas tomadas de posição em seu sindicato. Foram entrevistados presidentes e diretores do período, jornalistas candidatos que foram derrotados nas eleições, além de consultadas as atas de assembleias dos jornalistas que discutiam eleições, mobilizações e as negociações salariais do período.

Palavras-chave: jornalistas; sindicato; democracia;

1 Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.

2 Jornalista e professor com mestrado em História pela UFPR. Atualmente leciona várias disciplinas no curso de Jornalismo da Universidade Positivo. E-mail: teoriacastro@yahoo.com.br



Quatro momentos

Uma forma de observar, à distância, os 15 anos de convivência – de 1964 a 1979 – entre jornalistas paranaenses, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e o autoritarismo estabelecido no período é percebê-los em suas diferentes nuances, tomando-se como referência um aspecto que o permeou integralmente, mas nem por isso de forma ou intensidade igual: a ditadura militar.

São quatro momentos de adaptação e quatro concepções distintas que se estabeleceram no período, de modo a dar conta de um ambiente adverso ao modelo de sindicalismo anteriormente praticado, bastante calcado na mobilização, realização de greves, ação política e participação efetiva nos debates nacionais tanto da categoria quanto dos problemas gerais do país. Os jornalistas paranaenses fizeram estas adaptações seguindo também as influências que incidiram no mercado de trabalho, na esfera política e, sobretudo, na burocracia do governo federal direcionada para o controle dos sindicatos.

O primeiro momento de adaptação foi o mais traumático. A atividade de mobilizar os profissionais para reivindicar o que era de seu interesse, comum e fortalecida antes de 1964 no SJPPR, não se perdeu por completo, mesmo após a instalação de uma Junta Interventora – formada por três jornalistas. Nem de longe, entretanto, tinha o mesmo grau de efetividade, até por não existir uma diretoria eleita, mas uma Junta, que permaneceu 20 meses na direção sindical.

Apesar do ambiente contrário após o Golpe, uma dose de mobilização foi reativada poucos meses depois da eleição da diretoria em dezembro de 1965. O XI Congresso Nacional dos Jornalistas realizou-se em Curitiba, sob organização daquela diretoria, que buscava uma adaptação de **equilíbrio** entre a identidade construída antes de 1964 e a que era possível exercer legalmente naquele momento. Isso ficou visível também na negociação do acordo salarial de 1966, quando o conflito chegou a ponto de ter as negociações suspensas e a Assembleia dos jornalistas decidir pelo Dissídio Coletivo, apesar da aceitação de algumas empresas de um acordo em separado, nos termos dos jornalistas. Os impedimentos legais para vários dirigentes de antes de 1964, que se tornaram inelegíveis em seus sindicatos, as prováveis dificuldades para o surgimento de novas lideranças completam o quadro que define uma concepção de ação



sindical possível na gestão 1965/1967.

Mas as condições que definiram a formação de um grupo de adaptação que buscava o **equilíbrio** entre uma ação sindical nos moldes do período pré-64 e a que era possível após o Golpe, para a gestão 1965/1967, não se repetiram para a gestão seguinte, estabelecendo um vácuo na direção sindical, com conseqüências para os próximos 12 anos. Após um breve período de instabilidade e descolamento em relação às referências sindicais anteriores, num tipo de adaptação **alienada** (descolada de qualquer ação sindical que tivesse referência na mobilização observada no período anterior ao Golpe, e ao mesmo tempo sem estabelecer um caráter original de ação sindical), a direção do Sindicato passa a ser controlada sob uma nova concepção, a qual pode ser definida como **integrada** (mais do que sem referência na ação sindical pré-64, este tipo de adaptação se põe referenciada em ações propostas pelo regime militar, ao campo sindical, depois de 1964).

Em 1979, entretanto, essa noção integrada adquire novo formato, mais **estratégica**, ainda que evitando embates como os utilizados no período pré-64. Mais que a ação sindical, evidencia-se aqui também uma concepção de ação profissional carregada para a disputa eleitoral.

Essas questões ficam mais claras quando se observa o andamento das negociações salariais no período. Nestas negociações, em geral, sugerindo uma certa mobilização por reivindicações, evidencia-se a existência e o embate entre essas concepções.

Ações sindicais

A partir do Golpe de 1964, em pleno regime ditatorial, os sindicatos brasileiros passaram por um forte controle estatal, maior até do que havia antes de 1964. (ALMEIDA, 1983 p. 199). Em nove de abril de 1964, poucos dias após o desfecho do movimento golpista contra João Goulart, o SJPPR sofria intervenção. Seus principais dirigentes foram convocados a prestar depoimentos em inquérito policial militar, após serem apontados pelos interventores, que também eram jornalistas, como possíveis ativistas comunistas. Em seguida, foram destituídos do mandato e impedidos de exercer qualquer atividade sindical.

A direção do Sindicato ficou a cargo de uma Junta Interventora, sob comando do jornalista Carlos Danilo Costa Côrtes, então chefe de redação do Diário do Paraná



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

(integrante dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand), um dos principais órgãos da imprensa paranaense à época; Vinícius Coelho (funcionário naquele jornal) e Enock Lima Pereira – os dois últimos, meses antes, haviam concorrido e perdido a eleição no Sindicato.

Mas a intervenção do governo sobre o Sindicato dos Jornalistas foi mantida para além daquela Junta oficialmente instalada em abril de 1964, e que convocou eleições em dezembro de 1965. Falando especificamente do SJPPR, não pode ser desprezada a presença constante, nas três diretorias eleitas entre 1970 e 1976, do presidente da Junta Interventora de 1964/1965, nomeado pelos militares: Carlos Danilo Costa Côrtes.

Para a primeira diretoria pós-64 foi escolhido como presidente João Dedeus Freitas Neto, que já havia sido presidente por dois mandatos respectivamente em 1955 e 1957. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – fl. 15)

Para ele o contexto da escolha tinha nitidamente dois caminhos: um que vinha do coletivo dos jornalistas e outro que partia dele mesmo, por suas posturas seja como jornalista ou como ex-presidente do Sindicato:

Houve um movimento do... do próprio jornal O Estado do Paraná e tal... “vem pegar o sindicato, porque o negócio é muito chato, fica sob intervenção...” Então, eu acabei aceitando. (...)Dos jornalistas mesmo. Eu tenho a impressão também que houve um pouco de receio das pessoas se candidatarem, tendo em vista a intervenção. Gato escaldado também(...) E aí também pesou muito no sentido ideológico. Nunca me envolvi também(...) (FREITAS NETO, 2000)

A fala do jornalista nos dá a percepção de que teria havido um movimento dos próprios jornalistas dentro do jornal O Estado do Paraná, onde trabalhava e era diretor de redação há vários anos, para a escolha de seu nome como presidente. Seria uma sustentação da base dos trabalhadores para tal escolha, especialmente por sua experiência anterior, mas também por sua proximidade, e com a “devida” distância ideológica, da ação sindical que vinha sendo feita até poucos anos antes do Golpe de 1964. Apesar de ter participado da chapa que disputou a eleição de 1963 na oposição, Freitas Neto era um jornalista que fazia questão de manter-se, como ele próprio afirma, distante do envolvimento com a política, portanto, ideal para aquele momento de instabilidade política do país. Ao dizer que nunca se envolveu, referindo-se a questões ideológicas, tendo isto como algo positivo e que denotava sua pré-condição para voltar a



assumir a presidência do Sindicato, o jornalista-sindicalista destacou algo que pode ser remetido à dimensão dos conceitos da profissão de jornalista, já observados a partir da década de 1950, sob uma ótica nem tanto particular, posto que na década de 1960 já compartilhada coletivamente: tornou-se parte da cultura jornalística idealizar a necessidade de manter distância, ou a chamada *imparcialidade*, diante das posturas ideológicas dos agentes em conflito na sociedade, o que conferiria, na visão destes trabalhadores, supostamente mais objetividade e isenção no tratamento destas questões como profissionais de imprensa.

Enquanto nas atas de reuniões da diretoria e assembleias não se observa qualquer registro sobre discussões a respeito do momento político – quanto aos Atos Institucionais, por exemplo - ou mesmo de questões que estavam afetando os trabalhadores, como o fim da estabilidade no emprego –, algumas ações no campo da reivindicação salarial e da ação política apontam na direção contrária.

O que se percebe no processo de negociação salarial destes dois primeiros anos é que o poder reivindicatório do Sindicato, apesar das condições desfavoráveis do ambiente político-sindical, mantém-se o mais próximo possível do construído entre 1955 e 1964, inclusive com algum embate com o setor empresarial. Também é visível que houve uma mudança no padrão da pauta de 1966 para 1967, sendo a última mais elaborada e lembrando a forma utilizada até 1964, especialmente o acordo realizado após a greve de 1963, que também definiu os salários de forma estratificada para as diversas funções nas redações de jornais. É nítido também que os diretores do Sindicato não só comandam o processo de negociação desde o início, mas também decidem sobre o Acordo nas assembleias, observando-se o baixo grau de participação nas mesmas.

Justamente pelas pré-condições que levaram aquele grupo à direção sindical, tornou-se possível em março de 1966 a realização em Curitiba do XI Congresso Nacional dos Jornalistas, o primeiro congresso de trabalhadores no país após o Golpe de 64, uma “aventura”, na lembrança do então presidente do Sindicato, Freitas Neto. Ele destaca a dificuldade para manter a realização do evento, valendo-se de seu currículo militar (ex-pracinha) para obter respeito dos militares e uma margem de manobra para desarmar os espíritos. O XI Congresso Nacional dos Jornalistas foi definido em setembro de 1963, durante a realização do X Congresso, em Brasília, realizado apesar



das turbulências políticas já em andamento. Sua realização naquelas circunstâncias teria sido possível somente nas condições em que o Paraná havia se adaptado.

O que segue a esta gestão é um misto de homenagens, turbulências e a queda de uma diretoria inexpressiva, cuja adaptação ao momento político-sindical pode ser classificada como alienada. O que é aqui chamado de **adaptação alienada** é um processo que inicia em fins de 1967, quando não há candidatos para a eleição sindical, o que provoca a necessidade de uma Junta Governativa, a segunda desde a fundação do Sindicato.

A gestão iniciada em agosto de 1968 teve momentos tensos e durou menos de dois anos, embora devesse ser a primeira a permanecer no comando do Sindicato dos Jornalistas por três anos, conforme mudança na legislação trabalhista - decreto-lei nº 771, de 19 de agosto de 1968. Apesar do tempo menor de permanência a frente do Sindicato, a diretoria eleita protagonizou um episódio singular na compreensão da concepção de sindicato, mostrada por uma parte ativa e mobilizada dos sindicalizados. Além de alterar procedimentos anteriores nas negociações salariais, o que será abordado a seguir, inovou propondo, em dezembro de 1968, homenagens a dois jornalistas: um atuando como assessor de imprensa e outro como relações públicas. A homenagem não gerou maiores reações. Um ano depois, novamente foram escolhidos alguns jornalistas para homenagens como os melhores do ano em diversas funções, mas aí a reação foi violenta dentro da própria diretoria. Entre os 23 diretores eleitos, 20 renunciaram uma semana após a decisão. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Atas das reuniões de diretoria em 4 e 9 de dezembro – fls. 50 e 51).

Mussa Assis, então dirigente sindical e à época diretor no jornal O Estado do Paraná, foi quem deu uma versão esclarecedora sobre a questão, e foi um dos que assume ter ficado contra a direção executiva do Sindicato naquele episódio.

Era uma diretoria que, assim que assumiu, a primeira coisa que o Elias quis fazer foi promover festa. E de repente aparece uma lista, patrocinada pelo Sindicato, premiando os melhores jornalistas... bem típico daqueles concursos feitos pelo Diário Popular. Troço totalmente descabido, que provocou uma revolta em todos nós, que estávamos vivendo um período duro. E achamos que um troço desses era desagregador. (...) Nós estávamos num momento em que o Sindicato deveria reagir. Adotar certas posições políticas, com o quadro que estava no país, de censura, etc. Os jornais isoladamente estavam reagindo à sua maneira(...) nós demos manchetes todas elas pesadas na época (...), enquanto foi permitido nós fizemos uma cobertura correta das coisas(...). Havia



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

esse atrevimento até no caso do empresário, que permitia fazer isso... e o Sindicato fazendo festinha, convescote.... (ASSIS, 2002)

Evidencia-se, na medida em que ocorria o confronto entre aqueles jornalistas e a diretoria do biênio 1968/1970, uma disputa com base na noção de pertencimento ao grupo profissional. Jornalistas “de pouca atividade”, traduzidos como profissionais que não atuavam em redação de jornais de expressão, como observou o entrevistado Mussa Assis, assumiram o comando do Sindicato. Empregaram ali uma visão sindical desligada das referências de ação sindical até então reconhecidas como legítimas pelos jornalistas, que por oposição, seriam os de “atividade em jornais de expressão”. Esses dirigentes, portanto, não são reconhecidos como jornalistas na concepção dos jornalistas que atuavam nas redações de jornais.

No tocante aos salários vale destacar a negociação com as empresas, distante da categoria. Em duas ocasiões, em reuniões de diretoria, há registro sobre a negociação. Na primeira, em 28 de novembro de 1968, é mencionado que o reajuste salarial precisa ser discutido, pois sua vigência encerra em 31 de janeiro de 1969 e que na próxima reunião a diretoria deverá “esquematizar o problema”; na segunda, em 12 de dezembro, há somente a menção de que o presidente discutiu o assunto com o Delegado Regional do Trabalho e encaminhará a esta autoridade um ofício a respeito, com o objetivo de que o Delegado encaminhe as reivindicações às empresas. Tal ofício é feito e posteriormente a diretoria é oficialmente comunicada na reunião do dia 2 de janeiro de 1969 (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 2 de janeiro de 1969, fl. 41).

Assim, para o Acordo de 1969, a nova diretoria não promove o debate internamente, muito menos entre os jornalistas. Sequer ele acontece como registrado nos anos de 1966 e 1967, em Assembleias que aprovam uma proposta da diretoria. Após insistentes solicitações do Sindicato à Delegacia Regional do Trabalho – para definição do índice de reajuste pelo Departamento Nacional do Trabalho -, o Acordo é fechado na base de 25% de reajuste no dia 14 de fevereiro e ratificado em 5 de março, numa reunião de diretoria. Pelo registro sucinto, não se pode dizer que houve grandes discussões com as empresas.

A noção de pertencimento ao grupo que compunha a maioria dos jornalistas



naquele momento, inevitavelmente deveria ser aplicada à escolha das lideranças sindicais. Isso não ocorreu antes, aparentemente, pelo desinteresse de assumir o controle do sindicato nas condições já expostas. Isso faz crer que no final de 1969, início de 1970, os jornalistas entenderam que precisavam fazer uma opção entre ver o Sindicato dominado por uma corrente que imprimia uma não-ação sindical e uma outra, que imprimisse uma ação de tipo integrada aos objetivos do regime militar, mas ao mesmo tempo e naquelas circunstâncias, desse um mínimo de estabilidade ao projeto sindical iniciado em 1945. Talvez não seja obra do acaso que três meses após ser eleita, a diretoria seguinte tenha programado a comemoração de 25 anos da entidade, a primeira menção em ata sobre o 12 de outubro como data de fundação do Sindicato. (SJPP, Ata de Reunião de Diretoria em 25 de setembro de 1970, fl. 72)

Na primeira reunião o grupo diretor eleito em dez julho de 1970 – cujo presidente – Ayrton Baptista – e vários integrantes serão os mesmos nos próximos nove anos a frente do SJPPR –, define como preocupações básicas a obtenção de um telefone, resolver problemas com a tesouraria, revisão de estatutos, assistência médico-odontológica, problemas burocráticos com terrenos que eram do sindicato, participação em comissão da Delegacia do Trabalho para “expurgo de elementos em situação irregular” e a aproximação com os diretórios acadêmicos de jornalismo.

Retornando às atas do Sindicato dos Jornalistas, muito pouco se registra quanto à censura aos meios de comunicação ou repressão a jornalistas. Porém, em 1º de junho de 1971, é significativa uma decisão da diretoria, em nota oficial para publicação em jornais de Curitiba, a respeito da demissão de um jornalista não sindicalizado, funcionário da Fundepar, órgão do governo do estado, cujas razões foram colocadas em suspeita pelo jornal O Estado do Paraná. Na nota, a diretoria do Sindicato, por unanimidade, considerou que a demissão era um problema de ordem administrativa, e no terceiro ponto da nota, explicita:

3 - O sindicato comunica, ainda, à classe, que continua atento e vigilante, na defesa dos interesses profissionais, sem qualquer envolvimento político, com altivez e independência, características da entidade. 4 – O sindicato comunica, outrossim, que está à disposição da classe na defesa de seus interesses, para a apreciação de problemas ligados ao exercício da profissão, não se responsabilizando, entretanto, pelo envolvimento do nome da entidade ou de quaisquer de seus diretores, em assuntos que fujam à sua competência (...). (SJPP, Ata de Reunião de Diretoria em 1º de junho de 1971, fls. 79 e 80)



O exemplo exposto leva a crer que essa postura apontava para a negação da hipótese de considerar a censura como algo que estivesse realmente afetando os jornalistas. Mas também afirmava, principalmente, o desejo daquela diretoria em não se envolver com o exercício politizado da profissão.

Mas quem eram aqui então os jornalistas? Profissionais que reproduziam tecnicamente as notícias, descolados da realidade, domesticados pela censura ou pela auto-censura; ou profissionais que noticiavam a partir e por dentro dessa conjuntura, apesar das circunstâncias adversas de censura? O embate entre concepções de atuação profissional, a partir de componentes claramente ideológicos, salta do cotidiano das redações para dentro do Sindicato e passa a permear a atuação dos seus diretores.

A nota deixa clara a percepção de que eram conhecidas as questões político-ideológicas que estavam na ordem do dia jornalístico e, portanto, havia censura. Era uma questão de foro individual assumir as consequências por, de algum modo e sob qualquer modelo de interpretação, subverter essa situação. O que era negado efetivamente era o nível da repressão a que a imprensa também poderia estar sendo submetida.

Este tipo de atuação é o que aqui se classificou como **integrada**, pois não só atua dentro dos limites impostos pela conjuntura legal, como também soma-se a ele ideologicamente. Participou inclusive de um projeto comum: o da revisão dos registros de jornalista, em razão da então recente regulamentação da profissão na lei nº 972/69. A proposta partiu do Ministério do Trabalho e no Sindicato recebeu o apelido de “expurgo”. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – fl. 67-68, 75).

Em que pese a possibilidade de estabelecer-se um “expurgo” com o objetivo de eliminar quem estava atuando de forma irregular na profissão, não há como negar a convergência de interesses entre o Ministério do Trabalho e a diretoria do Sindicato naquele momento. Há, inclusive, menção em ata de decisão da diretoria em acatar o despacho da Delegacia Regional do Trabalho, com lista de nomes a terem seus registros cassados, com um acréscimo: “reservando-se, entretanto, a impugnar nomes que, apesar da triagem, ainda tenham passado pelo crivo da referida comissão e do Delegado do Trabalho”. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – fl. 78)

Sobre o XVI Congresso Nacional, realizado em 1976, é eloquente a divisão ideológica quanto ao debate sobre a censura. Embora houvesse uma grita unânime



contra, especialmente a censura prévia, a maioria dos participantes votou em comissões e plenário opondo-se a uma resistência aberta e sistemática, conclamada por jornalistas de São Paulo e Minas Gerais.

Num longo documento intitulado “Censura e Liberdade de Imprensa”, os paulistas pedem, entre outros itens, que os sindicatos estimulem as escolas de comunicação a discutir a questão da censura em alguma disciplina específica; apoiar, por todos os meios, as manifestações de resistência e protesto de jornais e jornalistas vítimas da censura; fazer-se presente em atos públicos contra a censura; realizar um congresso extraordinário no ano seguinte exclusivamente para discutir o tema. Todos os itens destacados acima foram rejeitados integralmente. Na prática, o que não foi aprovado foi o conflito aberto contra o regime militar, a manifestação pública e acintosa, a tomada de posição dos Sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj para enfrentar e denunciar sistematicamente os mecanismos da censura. (**Anais do XVI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais**, 1976, p. 147).

A visão apresentada pela maioria dos delegados e os atos dentro da diretoria do Sindicato do Paraná, tinham traços comuns, o que tornou coerente a escolha de Ayrton Baptista para a presidência da Federação Nacional dos Jornalistas em 1977.

Retornando ao campo das negociações salariais, em 23 de dezembro 1970, com pouco mais de seis meses de atividade, o presidente põe em discussão, em reunião de diretoria, a necessidade de definir as reivindicações para a revisão do Acordo Salarial, cuja vigência encerra em 31 de janeiro de 1971. Recupera-se o expediente da escolha de uma comissão interna para avaliar o assunto, a exemplo do que ocorreu em 1966 e 1967. Naquele ano as principais reivindicações eram: reajuste de 30%, adicional por tempo de serviço (5% como quinquênio), 50% de acréscimo para cargos comissionados, férias de 30 dias, gratificação por serviços prestados a mais de um veículo de uma mesma empresa. A proposta foi então aprovada pela diretoria e apresentada no mesmo dia, 15 de janeiro de 1971, em Assembleia Geral Extraordinária, também sendo aprovada. Em 16 de fevereiro de 1971, pouco mais de 30 dias após, a contraproposta patronal – 25% de reajuste e negação a qualquer outro dos itens reivindicados – foi aprovada, com ressalva de que algumas empresas estavam abertas a discutir esses outros



itens separadamente, fora do Acordo. (SJPP, Atas de Assembleias Gerais em 15 de janeiro e 16 de fevereiro de 1971, fls. 75 e 77)

No início de 1976 os jornalistas reivindicavam 40% de reajuste, mais 10% a título de produtividade. Obtiveram 36%, índice de inflação definido pelo governo federal. A notícia foi dada na Assembleia de 18 de março pelo próprio presidente Ayrton Baptista, que conforme a ata, "manteve contatos com representantes das empresas jornalísticas". A obtenção desse índice de reajuste foi considerada negativa pelo então presidente, pois "em seis anos de sua gestão, somente nesta oportunidade os salários foram reajustados dentro dos índices oficiais. Nas ocasiões anteriores, as majorações sempre foram conseguidas em níveis razoavelmente acima das estabelecidas oficialmente". Mesmo assim, as empresas aceitaram as férias de 30 dias, reivindicação antiga, embora as demais cláusulas tenham sido negadas. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 18 de março de 1976 fl. 114).

Na ponta da negociação com os patrões há uma revelação da estratégia utilizada pelo presidente Ayrton Baptista:

Fazíamos reuniões de aumento salarial e renovação de contrato com quem? Com o Nereu... ou com o sucessor dele, que foi o Alan... do Diário do Paraná. Com Natal Strapasson, do Diário Popular; Dilmir Archegas, da Gazeta do Povo. Fazíamos no Diário do Paraná, na Gazeta do Povo, em qualquer lugar, ... na Delegacia do Trabalho. E eu colocava: olha: precisa dar uma mão. (...) Então sempre... todo ano, nós conseguíamos alguma coisa, na base da amizade, da conversa, da choradeira, até bem um ano, em 1976, que eles não abriram mão. Então nós conseguimos sabe o quê? As férias de 30 dias, pelo menos. (BAPTISTA, 2001)

No mesmo ano do XVI Congresso, logo após, acontece a primeira eleição com disputa de chapas durante a ditadura militar. Emergem duas correntes que podem ser observadas a partir de dois personagens: na oposição, Milton Ivan Heller, um dos dirigentes cassados em 1964 (que fora suplente da diretoria em 1964, militante do Partido Comunista Brasileiro e agora reaparecendo como candidato a presidente); e na situação, Carlos Danilo Costa Côrtes, ex-presidente em 1964 da Junta Interventora, ressurgindo como candidato a membro do Conselho de Representantes. Complementando o quadro, a chapa situacionista tinha como candidato a presidente Ayrton Luiz Baptista, eleito nas duas últimas eleições, portanto concorrendo à segunda



reeleição. Ele tinha no currículo profissional os cargos de comando no jornal Diário do Paraná e na Secretaria de Imprensa de dois governadores.

Quanto às bandeiras de campanha, o presidente que concorria à segunda reeleição, Ayrton Baptista, resumiu à necessidade de melhoria salarial e produtividade. Entretanto, foi além no campo ideológico: “Eu acho que nós formávamos um time representativo na imprensa. Naturalmente esse grupo tinha simpatia do pessoal de direita, dos jornais. Nunca ninguém me disse: eu vou votar em você... (...) mas obviamente, esse pessoal estava conosco. (...) eles não queriam, fosse quem fosse, que viesse bagunçar o coreto deles”.(BAPTISTA, 2001)

Fica nítido o caráter mais significativo daquela chapa, cujo grupo em boa parte permanecia na direção sindical há 12 anos e a maioria há seis. Embora o compromisso de campanha fosse a melhora nos salários, estava implícito que o compromisso que efetivamente levaria o grupo a mais um mandato era o de estancar qualquer movimento que viesse a “bagunçar o coreto”.

Interessante nesta disputa foram as plataformas de campanha impressas pelas duas chapas, quase idênticas. Segundo Milton Heller, as propostas foram copiadas da oposição pela situação. Mas um ponto é diferente e faz crer que ali estava um dos itens de embate entre as duas chapas.

A chapa nº 1, liderada por Ayrton Baptista, destacava nos primeiros três itens da Plataforma Administrativa questões relativas à regularização de profissionais, mas também ressaltava: “Continuar a luta para evitar que movimentos estranhos à classe e até mesmo com o apoio de profissionais desinformados consigam um novo prazo para o registro profissional, o que fere frontalmente os interesses dos profissionais devidamente habilitados e dos estudantes de comunicação” (CHAPA Nº 1, Plataforma de Campanha, 1976).

Os opositoristas de 1976 têm sua concepção construída mesclando elementos de ação mobilizadora do período 1959/1964, com os de movimentações sociais e políticas no início da chamada Abertura. Outro componente importante aqui é relacionado à formação profissional, na medida em que centenas de novos jornalistas surgem no mercado a partir das faculdades e não mais exclusivamente dentro das redações.



Entretanto, apesar da mobilização inclusive durante o XVI Congresso Nacional, foram derrotados.

Na segunda eleição com disputa de chapas no período, em 1979, embora haja convergência das duas em se opor à visão sindical empregada ao longo dos anos 1970, a chapa vencedora assumiu, segundo um de seus diretores, Arnaldo Cruz, o discurso da transição, afastando os que poderiam ser enquadrados como “extremistas”. O embate teria ocorrido nos planos ideológico e da ética no exercício profissional.

Ao racionalizar a montagem da chapa, como sendo de transição, aqueles jornalistas mantiveram, sem que isso fizesse necessariamente parte das discussões, a influência do conceito da “imparcialidade” (ou o não envolvimento com as partes em conflito), recorrente na profissão e aqui sendo reaplicado na atuação de suas versões como jornalistas-sindicalistas. Ainda que se possa contestar a ideia de chapa de transição, é inegável que o raciocínio apresentado pelo entrevistado Arnaldo Cruz apontava na direção da aceitação inerente do conceito da “imparcialidade” para obter um resultado esperado, mesmo que a discussão sindical não envolvesse diretamente a prática jornalística.

Pela chapa que perdeu as eleições, o candidato a presidente, Luiz Geraldo Mazza, observa que a oposição entre as duas chapas, ambas aparentemente de esquerda, tinha também uma tonalidade que passava pela questão esquerda/direita, alegando que o presidente que deixava o cargo apoiava seu oponente, Desidério Peron, mas também por outra, de ordem ética. A disputa ideológica seria resultado do pragmatismo gerado pelas circunstâncias.

O Ayrton era a marca do regime. Ele era um líder, não dá para negar. Se não me engano o Ayrton ficou com o Peron, doutor. Nós tentamos fazer um acordo, na casa do Haroldo Murah, entre eu e ele. Nada..., e depois é claro: se eles tinham uns canalhas na diretoria, na nossa também tinha uns caras que eu não gostaria... da questão do pragmatismo. O que era o pragmatismo: aquelas pessoas que acham que jornalista é o cara para tirar vantagem. Foram os caras que fizeram a tal chapa anti-comunista, eles usaram o anti-comunismo prá mostrar a repulsa que tinham a nós. Que nós éramos realmente de “esquerda”. Não tinha nada. A bronca deles era a questão moral nossa. Nós tínhamos bronca com jornalista que belisca, que morde. Na minha também tinha. Nós éramos radicais nisso. E a sociedade ela não estava tão, como acabou ficando...Hoje levam os melhores para o Palácio... (MAZZA, 2000)



É óbvio que não se propõe a aceitação de que todos os jornalistas formados em redação de jornais admitissem como natural o ato de “morder”; ou por outro lado, que todos os jornalistas formados em universidades condenassem o ato, muito menos a deixassem a prática em si de lado. No entanto, a partir da regulamentação profissional em 1969 e da conseqüente obrigatoriedade da passagem pela universidade, desenvolveu-se entre os jornalistas um debate sobre conceitos éticos que antes tinha menor reverberação nas redações.

A chapa de Arnaldo Cruz sairá vencedora, e em razão da necessidade urgente da organização burocrática e da busca da nova sede, a diretoria valeu-se de um espírito de colaboração nas campanhas salariais. Foi estabelecido inicialmente em bases francas com jornalistas mais ativos nas assembleias.

A partir de julho de 1983 a nova diretoria sofrerá embates com uma nova concepção sindical, influenciada pelos acontecimentos da região do ABC em São Paulo. Nas assembleias cria-se a figura da Comissão de Mobilização, que visa organizar os jornalistas nas redações para o enfrentamento com os empresários. É uma concepção que não estava contemplada entre os dirigentes eleitos em 1979.

Considerações finais

Com estes antecedentes pode-se chegar a três possibilidades de entendimento em relação aos grupos que assumiram o comando do Sindicato entre 1964 e 1979: primeiro, a de que não gozavam de autonomia para definir uma concepção de ação sindical própria, embora ao mesmo tempo aceitassem atuar dentro de margens restritas concedidas pelo regime; segundo, a de que apesar de não serem absolutamente autônomos, nem por isso deixavam de ter uma concepção da ação sindical, claramente integrada ou adaptada às circunstâncias; e terceiro, num outro viés, debatiam-se por conceitos éticos, como a imparcialidade, arraigados entre as concepções do exercício profissional.



Na prática, aparentemente, estabelece-se nesse período uma acomodação da maioria dos filiados, em detrimento de uma ação sindical ativa politicamente, mais mobilizadora, mesmo que fosse exclusivamente para reivindicações de interesse específico como salários e melhorias nas condições de trabalho. Acomodação esta que a noção de pragmatismo aplicado à prática profissional, explica em boa parte.

No quesito ética, entende-se que as concepções são neste caso, apreendidas e defendidas como parte da identidade profissional, um processo que se consolidou ao longo da construção dessa identidade. Aqui vem à tona um ponto chave para o entendimento mais amplo das correntes que se enfrentaram no período. A questão de mudanças de concepção a partir da base de formação profissional parece particularmente reveladora da estrutura vigente até meados da década de 1970 e que a partir de 1976, com mais evidência, foi sendo profundamente alterada.

Referências

- ASSIS, M.J. , Curitiba, 17 de janeiro de 2002.
BAPTISTA, A. L., Curitiba, 21 de junho de 2001.
BORDIEU, P. **Razões Práticas – Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.
CAMARGO, W.R., Curitiba, 5 de fevereiro de 2002.
CAVALCANTI, M. Curitiba, 17 de maio de 2001 e 7 de fevereiro de 2002.
CHAPA 2 ATIVAÇÃO, **Boletim 3 para as eleições do Sindicato dos Jornalistas de 1976**, 1976.
CHAPA Nº 1, **Plataforma de Campanha às eleições do Sindicato dos Jornalistas de 1976**, 1976.
CHAPARRO, M.C. **Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.
CRUZ, A.A., Curitiba, 22 de setembro de 2000.
FREITAS NETO, J.D. Curitiba, 19 de dezembro de 2000.
JOAQUIM, J. , Curitiba, Curitiba, 8 de fevereiro de 2002.
MAZZA, L.G., Curitiba, 27 de setembro de 2000.
SÁ, A. **O Jornalista Brasileiro**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.
SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Livro de Atas de reuniões e Assembléias Gerais, 03/03/1946 a 31/07/1984**
SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Livro de Atas – Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias - 31/07/1984 a 22/10/1995**.
SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Relatório de Atividades de 1966, 1967, documento não paginado)**